

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.683 - MS (2020/0014109-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADOS : ALIRIO DE MOURA BARBOSA - MS003787
FERNANDA FAUSTINO BARBOSA - MS015443
FLÁVIA VEIBER DE ABREU - MS018143
AGRAVADO : BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO : RODRIGO FERREIRA ZIDAN - SP155563

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REGRESSIVA AJUIZADA PELA SEGURADORA – OSCILAÇÃO/SOBRECARGA DE ENERGIA ELÉTRICA – QUEIMA DE APARELHOS ELETROELETRÔNICOS DO SEGURADO – DANOS MATERIAIS COMPROVADOS – RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA – NEXO DE CAUSALIDADE – EXISTENTE – REPARAÇÃO DE DANOS À SEGURADORA – RESSARCIMENTO DEVIDO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (fl. 376).

Quanto à **primeira controvérsia**, pela alínea “a” do permissivo constitucional, alega violação do art. 373, I, do CC e dos arts. 884 e 927 do CPC, no que concerne à ocorrência de enriquecimento ilícito da parte recorrida, em virtude do equívoco na distribuição do ônus da prova, que resultou em sua indevida condenação. Traz os seguintes argumentos:

Os termos do acórdão vergastado não deixam dúvidas quanto à existência de ofensa legal ao que prevê o artigo 373, inciso I, do atual digesto de ritos em vigor, bem como em face do que dispõem os artigos 884 e 927 do Código Civil Brasileiro de 2002, na medida em **que a situação telada não foi apreciada sob a perspectiva do efetivo responsável pelo ônus da prova, mormente no que diz respeito à configuração do liame de causalidade e, ainda, da existência concreta de falha na prestação dos serviços da Recorrente, de modo que essa decisão acaba por**

desbordar para o enriquecimento sem causa da seguradora recorrida.

É de se ver que a interpretação sistemática do artigo 373, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, e do artigo 927 da lei material civil, bem denota que a demonstração do nexo causal e da existência de atuação do agente, que se tratam de critérios essenciais para a configuração da responsabilidade civil, continuam sob o encargo da parte autora, ainda que sob a ótica da teoria objetiva, até porque se tratam de elementos inerentes ao fato constitutivo da pretensão indenizatória deduzida.

E, em que pese tal conjuntura, no caso em apreço a recorrida não se desincumbiu adequadamente desse encargo processual, por ter se limitado a fazer prova unilateral e não idônea nesse aspecto, tal qual devidamente sustentado ao longo do processo pela recorrente (fls. 388/389) - negritei.

[...] não é dado a Recorrente o encargo processual de realizar o que a doutrina denomina de prova diabólica, por se tratar de ônus impossível de ser atendido, motivo pelo qual fica evidente que o fundamento utilizado no acórdão vergastado implica em negativa de vigência aos já citados artigos 373, inciso I, do CPC e 927 do CC, uma vez que a interpretação ali empregada se deu em prejuízo da dicção legal que decorre dessas normas.

[...].

[...] a Recorrida não logrou êxito em expor, por meio de instrumentos fidedignos e idôneos, que os critérios legais, atinentes a conduta do agente e ao nexo causal, que se encontram elencados no artigo 927 do Código Civil foram regularmente satisfeitos no presente caso, donde sobrevém que a condenação mantida pelo TJ-MS quanto a obrigação de indenizar não se sustenta de acordo com a legislação aplicável (fl. 390) - negritei.

[...] cumpre salientar que o TJ-MS atuou em afronta ao quanto prevê o artigo 884 do Código Civil Brasileiro, pois, ao manter a sentença de primeira instância, confirmou a condenação em face da Recorrente e, como tal, propiciou a concessão de ganhos extraordinários a Recorrida (fl. 391) – negritei.

Quanto à **segunda controvérsia**, pela alínea “c” do permissivo constitucional, alega divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 373, I, do CPC e do art. 927 do CC, no que à distribuição do ônus probatório, no presente caso. Aponta como paradigma o acórdão do TJSP que julgou a apelação n. 1016026-57.2017.8.26.0100. Traz os seguintes argumentos:

[...] na situação apreciada por meio do aresto paradigma os julgadores reformaram a sentença de primeira instância, afastando a condenação a título de ressarcimento de danos, com base **na ausência de demonstração concreta do nexo de causalidade entre a atividade do agente e os prejuízos relatados, tendo em vista que os elementos documentais coligidos pela seguradora padeciam de unilateralidade**,

motivo pelo qual a ação de regresso intentada em face da concessionária de energia foi rejeitada pelo TJ-SP (fl. 394) – negritei.

É o relatório. Decido.

Quanto à **primeira controvérsia**, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

[...] é certo que a seguradora, ora apelada, tem direito ao ressarcimento daquilo que pagou ao segurado pela reparação dos danos ocasionados pela **imperfeita prestação de serviços da fornecedora de energia elétrica**.

Sobressai que o nexo de causalidade entre a má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica pela apelante e os prejuízos causados nos equipamentos do segurado restaram devidamente comprovados nos autos.

Deste modo, **trata-se de defeito na prestação de serviço de energia, cuja responsabilidade da concessionária é objetiva e o evento natural não pode ser considerado como fato excepcional ou caso fortuito capaz de excluir sua responsabilidade.**

Por estar-se **diante de ação de regresso, não se pode perder de vista que a seguradora sub-roga-se nos direitos do segurado, o que implica dizer que, ao caso em tela, aplicam-se os ditames do Código de Defesa do Consumidor, em especial no que se refere à inversão do ônus da prova, levando em consideração a hipossuficiência econômica e técnica da consumidora em relação à concessionária de energia elétrica, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC.**

O referido artigo é claro ao definir que a possibilidade de inversão do ônus da prova não é automática, mas aplicável somente quando restarem evidenciadas as alegações do consumidor, ou quando clara sua dificuldade em conseguir determinado meio probatório. O objetivo do legislador com o CDC não foi privilegiar o consumidor, mas tão somente igualá-lo ao fornecedor de bens ou ao prestador de serviços.

Justamente na busca deste equilíbrio entre as partes envolvidas na relação de consumo, foi instituído o mecanismo da inversão do ônus da prova.

Diante deste contexto, e levando em consideração que a concessionária de energia elétrica não produziu nenhuma prova hábil a desconstituir as alegações da autora, ônus este que lhe competia, resta-lhe o dever de indenizar pelo prejuízo injustamente suportado pela consumidora, nos limites do ressarcimento promovido pela seguradora, com aplicação do art. 14, caput, do CDC.

[...].

Assim, resta demonstrado que os danos ocasionados nos equipamentos do segurado decorreram de falha na prestação de serviço pela apelante. Portanto, a manutenção da sentença é medida que se impõe (fls. 379/380) – negritei.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa

fixada pela Corte de origem quanto à distribuição do ônus probatório das partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária, no que diz respeito ao ônus da prova, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes (AgInt no AREsp 1.190.608/PI, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24/4/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 916.627/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17/10/2016; AgInt no AREsp 1.433.206/PR, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 25/6/2019; AgInt no AREsp 1.374.426/MS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 22/3/2019.

Quanto à **segunda controvérsia**, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto questão também aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente